

PARECER DO CONTROLE INTERNO

O agente de contratação da Prefeitura Municipal de Igarapé-Miri - SEMSA, solicitou a esta Secretaria da Controladoria Interna do município, análise, seguido de Parecer sobre:

PROJETO: RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO 10.047/2024-SEMSA

I - PRELIMINARMENTE

A Controladoria Interna tem sua legalidade prevista no art. 31 da Constituição Federal/1988. Concomitantemente, na Lei Complementar nº 101/2000 e Resolução do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará – TCM-PA.

II – DA ANÁLISE RESUMIDA

O processo em análise é composto por volume único, no qual consta o seguinte:

| | |
|---|---|
| 1. Pedido de solicitação de distrato feito pelo contratado; | 5. termo de rescisão contratual consensual; |
| 2. Cópia dos contratos; | 8. Parecer Jurídico; |
| 3. Justificativa e concordância com a rescisão - SEMSA; | XXXXXXXXXXXXXXXXXX |

1. Quanto à formalização atende os requisitos da Lei. 8.666/93 e seus correlatos. Até onde foi apresentado, não vislumbramos ilícitos. s.m.j.
2. Consta nos autos a solicitação de rescisão dos contratos 10.047/2024-SEMSA, para prestação de serviço como enfermeiro, encaminhado pelo contratado **ANDERSON AFONSO DO AMARAL CPF: 896.069.302-20**;
3. A Secretaria de Saude emitiu justificativa e concordância com o distrato;
4. Observou-se que o pedido de rescisão contratual está ocorrendo de forma consensual;
5. Foi lavrado e assinado pelas partes o termo de rescisão contratual consensual;
6. A assessoria jurídica emitiu parecer favorável pela regularidade do presente distrato;
7. Após a análise dos autos do processo, amparado na análise técnica, do agente de contratação, bem como no parecer jurídico, recomendamos pela devida e pertinente publicação na imprensa oficial, no Mural de Licitações do TCM/PA e portal de Transparência do Município.

III – CONCLUSÃO

Na qualidade de responsável pelo Controle Interno do Município de Igarapé-Miri, e para os devidos fins junto ao Tribunal de Contas do Município do Estado do Pará, após análise do processo de rescisão contratual em questão, amparado na documentação acostada nos autos e no parecer jurídico, DECLARA-O revestido das formalidades.

Desta feita, retorne os autos à Comissão de contratação da SEMSA, para as providências cabíveis e necessárias para prosseguimento.

É o parecer, s.m.j.

Igarapé-Miri-Pa, 04 de julho de 2024.

Gilberto Ulissys Bitencourt Xavier
Secretário Chefe da Controladoria geral
Portaria nº 246/2022/GAB/PMI